O profissional do turismo e políticas de conservação do patrimônio histórico-cultural: por uma formação cidadã

The tourism professional and conservation politics of historic and cultural sites: for a citizen formation

Silvana do Rocio de Souza (SOUZA, S. do R. de) *

RESUMO - Esta produção textual resulta da dissertação de mestrado na qual se refletiu sobre o processo de globalização nos aspectos sociais e econômicos. A partir destes aspectos este texto apresenta o desenvolvimento das políticas de formação do profissional do turismo e sua constituição enquanto área de conhecimento, assim como os conceitos e os conteúdos que integram esta área. Investigou-se sobre as políticas públicas de conservação e de gestão da educação a partir das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Turismo. Para atingir o objetivo, utilizou-se, também de instrumento de entrevista semi-estruturada a partir das categorias de análise: formação, cidadania, cultura e turismo. Os resultados desta investigação apontam para a necessidade da formação de profissionais preocupados com a conservação dos bens históricos e culturais a partir da consciência cidadã.

Palavras-chave: políticas públicas; gestão da educação; patrimônio; formação e turismo.

ABSTRACT - This text result in the master dissertation studies witch is reflected on the globalization process in it social and economic aspects. In this direction, this dissertation analyzes the politics development in the tourism professional graduation and its constitution as a knowledge area. Public conservation politics and education management were researched beginning with curricular lines and the superior graduation in Tourism. To reach the goal, it was also used half-structuralized interview instruments from the analysis categories: formation, citizen, culture and tourism. The results of this investigation point to the necessity of the graduation of professional worried about the conservation of the historic and cultural sites starting with the citizen conscience.

Key words: public politics; education management; site; formation and tourism.

* Bacharel em Turismo (Universidade Federal do Paraná - UFPR). Mestre em Educação (Universidade Tuiuti do Paraná - UTP). Professora do Departamento de Turismo da UFPR. Endereço: Rua Dr. Faivre, 405 (3º andar). Curitiba – Paraná (Brasil). CEP: 80060-140. Telefones: (41) 3360-5050. *E-mail*: silvanarcsouza@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As realidades sociais, políticas, econômicas e culturais que se entrecruzam na atualidade, atropelam o pensar, o sentir e o agir dos seres humanos que, inadvertidamente, "passam" pelo mundo – o seu mundo – sem dar muita ou nenhuma importância ao que significa este mundo a partir de sua base material que lhe imprime sentido e significado. Deste modo, observando-se as insistentes depredações que ocorrem no patrimônio histórico e cultural percebe-se que a banalização acima mencionada faz com que exista, também, uma total ausência de compreensão, valorização e respeito para com o patrimônio histórico e sócio-cultural por parte da comunidade.

Ao se pensar em como equacionar esta problemática em sua raiz, do ponto de vista de uma política educacional comprometida e transformadora, importa investigar, portanto, em que medida os profissionais formados nos Cursos de Graduação em Turismo têm conteúdo e consciência da necessidade de investir tempo e esforços para que se desenvolva uma verdadeira política de conservação do patrimônio histórico que leve em consideração as diferenças culturais e históricas de cada tempo, compreendendo o que de fato pode e deve ser conservado e o porquê dessa conservação.

Nesse sentido foram formuladas as seguintes questões: 1- A preocupação com a formação para a cidadania, indispensável a essa conservação, e com a conservação do patrimônio, que é condição indispensável para a formação da identidade nacional, regional e local de uma população, não deveria estar presente na formação dos bacharéis em Turismo, ou seja, na formação dos profissionais que trabalham com o patrimônio? 2- O Turismo e a Educação não se constituem numa séria, comprometida e articulada relação necessária à formação de profissionais? 3- O que se faz necessário para que se possa fomentar políticas públicas voltadas para a construção e formação de indivíduos capazes de perceber sua importância enquanto cidadãos participantes e construtivos?

Para que esta prática profissional assim aconteça se faz necessário pensar em como estes profissionais estão sendo formados e se esta formação de fato propiciará uma prática transformadora, calcada em princípios éticos que respeitem as diferenças e os valores morais. Dessa maneira é válido e necessário questionar também: até que

ponto as políticas públicas que se expressam no Plano Nacional de Educação, na Lei de Diretrizes e Bases e nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Turismo norteiam a formação do profissional do turismo com necessária consciência de cidadania, para o exercício da profissão em todas as relações profissionais na ampla sociedade e, principalmente nas questões relativas à proteção ao patrimônio histórico cultural?

Desta forma, entendendo a educação superior não somente como formação profissional, onde os indivíduos desenvolverão habilidades e competências para um determinado exercício profissional, mas como um rico momento de formação humana, encaminhou-se as investigações a partir das relações entre o turismo e a educação, Estado e Sociedade Civil, políticas públicas e gestão da educação, observando a formação humana e cidadã do profissional do turismo compromissado com a conservação do patrimônio histórico e cultural. Com esta clareza, sempre provisória, sobre onde se pretendia chegar, fez-se necessário sistematizar os objetivos que possibilitaram desenvolver esta pesquisa e que ficaram assim esboçados: investigar as origens e desenvolvimento dos cursos de graduação em turismo; desenvolver teoricamente as categorias de análise que explicitaram a construção teórica dessa produção; discutir a política de conservação do patrimônio histórico e cultural; analisar a formação do profissional do turismo no que concerne à conservação do patrimônio histórico e cultural, como conteúdo integrante de sua formação humana e cidadã; fornecer subsídios para as políticas públicas e para a gestão da educação dos cursos de formação do profissional do turismo.

A importância dessa pesquisa justificou-se por estudar a necessária e imprescindível relação entre o turismo e a educação, salientando o papel das políticas públicas, voltadas para a educação ou para a atividade do turismo como prática capaz de incentivar ações de conservação, não só para o futuro da atividade turística, mas também – e esta é a principal razão – para a formação das consciências com a criticidade necessária para discernir o que verdadeiramente tem e o que não tem valor, assim como para a formação da cidadania e do profissional do turismo comprometido em dar qualidade às manifestações culturais e folclóricas da espécie humana.

2 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE: FORMAÇÃO, CIDADANIA, CULTURA E TURISMO

Por *formação* entende-se que sendo um processo não deverá separar o ensino das teorias e métodos educacionais da prática concreta, ou seja, a prática do ensino vislumbrada como elemento articulador da formação em todos os níveis de ensino. Portanto, o processo de construção do sujeito está sempre vinculado à sua formação. Numa tentativa de aproximação do conceito, pode-se afirmar com Alves (2000, p. 138) que por formação se entende "amplos e profundos conhecimentos sobre o mundo, a natureza e a sociedade". Neste contexto se impõem as relações que se estabelecem e os desafios que enfrentam os profissionais do Turismo, numa prática voltada não apenas para as novas tecnologias e sistemas de informação que bombardeiam os sujeitos na pós-modernidade, mas também como sujeito transformador compromissado com o conhecimento, com a cultura e com a sociedade, capaz então de interpretar a realidade e nela intervir.

Por *cidadania* social e política entende-se a prática que liberte os homens de outros homens, que se concretize em direitos de participação social em tudo aquilo que é inerente ao seu meio como a educação, a saúde e o trabalho e que estejam concretizados efetivamente na possibilidade de acesso a estes bens que deveriam ser comuns a todos os homens.

Esta cidadania social e política será construída também pela forma como o homem vivencia o seu trabalho. A esse respeito Pinto (1967, p. 370) assevera "O trabalho alienado impede a realização integral do ser do homem, pois constitui um óbice à aquisição da meta essencial pela qual se define esse ser, a liberdade". Essa alienação se representa nas relações sociais entre os homens onde uns poucos detêm o poder e onde muitos, sem o dinheiro, sem a força e sem o conhecimento, deixam-se dirigir pelos donos do poder, e desta maneira se distanciam da realidade do mundo, ficam isolados dentro de sua ignorância intelectual e econômica, não sabendo diferenciar o bom do ruim, o certo do errado, o puro do poluído e degenerado. "A alienação do trabalho é um fato objetivo, e como constitui o obstáculo principal à concretização da liberdade real da grande maioria dos homens, torna-se natural que a finalidade dominante da consciência

destes seja a supressão da alienação" (PINTO, 1967, p. 371). E esta distância da realidade do mundo é sem dúvida reforçada pela alienação que o trabalho produz.

Por *cultura* entende-se tudo aquilo que o homem é capaz de produzir no espaço em que habita, admitindo a expansão da cultura como a expansão do próprio homem e a compreensão que este homem tem sobre si e sobre os outros. A cultura, abordada em sua perspectiva histórica, é um fenômeno ou uma prática social que revela como os humanos se relacionam formando uma complexa teia de relações sociais, que tem muito a ser desvendado. Para explicar a cultura é preciso vinculá-la a sua história, compreendendo que "a cultura de cada momento representa a mediação histórica que possibilita a aquisição de outros dados culturais, que condiciona a expansão do conhecimento" (PINTO, 1967, p. 137). Assim é possível compreender que "a cultura, enquanto idéia, imagem, valores, conceitos e teorias científicas, se cria a si mesma por intermédio das operações práticas de descoberta das propriedades dos corpos e da produção econômica dos bens necessários à vida social" (PINTO, 1967, p. 137).

Por *turismo* entende-se a relação entre três elementos: o homem como sujeito do fenômeno e autor do ato de deslocar-se, o espaço como elemento físico onde se realiza o ato, e o tempo como elemento temporal que é consumido pelo ato, ou seja, a viagem e o seu tempo de duração, o qual varia de acordo com a distância e o meio de transporte utilizado. Estes são elementos que representam as condições de existência do turismo como ato. Entretanto não se pode deixar de observar os diversos fatores e motivações que estão na base do deslocamento e que caracterizam e distinguem os tipos e segmentos de turismo.

3 O TURISMO E A SUA CONSTITUIÇÃO ENQUANTO PROFISSÃO

A compreensão do que vem a ser Turismo constitui-se no ponto de partida da investigação para que se possa adentrar as determinações, relações e formas de contribuir para a formação do profissional do turismo comprometido e responsável com uma prática profissional transformadora.

Sendo assim, as viagens, que são objeto de estudo e de trabalho dos profissionais do turismo, estão intrínsecas ao seres humanos desde os remotos tempos a partir da

compreensão de que o turismo transcende a produção, a consciência e os sentidos, envolvendo os aspectos psicológicos, as atitudes, as reações, os sentimentos e as sensações.

Desde o final do século XVIII, na Inglaterra quando a nobreza e a incipiente classe burguesa realizavam o *gran tour*[1] surgiram os conceitos modernos de turismo, porém vale lembrar que desde a Antiguidade até os séculos XVIII e XIX vários acontecimentos foram registrados sendo relativos ao lazer, à atividade turística e às viagens.

O homem, desde outros tempos já tinha a necessidade das viagens que estavam ligadas às relações de comércio, procura de bens para subsistência e a necessidade de melhorar as condições de vida. As conquistas de territórios com seus motivos políticos e os desejos de descanso e saúde de poucos privilegiados também moviam as pessoas.

Talvez por isso, ao longo da história encontram-se apaixonados pelas viagens e pelo turismo, assim como o escritor grego Heródoto, considerado o "pai dos escritores de turismo" (MONTEJANO, 2001, p. 86) e outros que deixaram registros em livros ou em hieróglifos que podem ser vistos ainda hoje. Festas religiosas, visitas a templos e santuários e competições atléticas como as ocorridas em Atenas, Delfos, Corinto e Olímpia, cidade em que se originaram os Jogos Olímpicos, também registram a ocorrência de viagens com guias que especificavam os itinerários, o tempo da viagem e as distâncias.

Ao longo dos caminhos da Europa Medieval, o movimento das cruzadas fez retornar os motivos de comércio impulsionando viajantes como soldados, peregrinos e mercadores, que de alguma forma buscavam sentir, ser, agir, realizar, pensar ou imaginar outras formas de se viver, buscando o desconhecido, o novo, o imaginado. E neste sentido, Ianni (2000) trabalha a idéia de que os homens, pensam, agem e imaginam além da sua cotidianidade.

O movimento das viagens começou a tomar vulto por volta de 1282 quando os proprietários de pousadas se reuniram na cidade de Florença formando o primeiro

[1] *Gran tour*: viagens que os jovens da nobreza e da classe média inglesa realizavam para o Continente com o objetivo de complementar seus estudos e adquirir experiência. Tinham duração de um a três anos - a palavra que deu origem ao termo turismo. (MONTEJANO, 2001, p. 85)

grêmio de donos de pousadas – dando a esta atividade um caráter comercial. (MONTEJANO, 2001, p. 87)

Enquanto os "*tours*" movimentavam a Europa nos séculos XVII e XVIII, surgiam bibliografias a respeito, as quais descreviam os itinerários realizados na França, Itália e Alemanha que tinham caráter ou motivo educacional e aventureiro.

No período entre guerras (1918-1945), a atividade do turismo apresentou um declínio em seu grau de desenvolvimento. A crise econômica de Wall Street em 1929, quando se iniciou a crise Americana que se estendeu para a Europa, repercutiu na atividade do turismo até sua superação pouco antes do começo da Segunda Guerra Mundial.

Durante os duros anos da Segunda Guerra Mundial, o turismo apresentou um refluxo. Este foi superado alguns anos após o término da guerra, por volta de 1950, quando o turismo retornou com força total, não sendo difícil compreender os inúmeros motivos que impulsionaram esta atividade naquela época, que vão desde os políticos, econômicos, psicológicos ou sociais, ou seja, o turismo se apresentou como atividade econômica capaz de gerar recursos e também apagar terríveis marcas deixadas pela recente guerra.

Compreendido historicamente, conforme as elaborações conceituais de autores como Wahab (1991), Beni (1998), Lage (2000), Ignarra (1999) entre outros, bem como a partir de Trigo que considera o Turismo como sendo "um fenômeno social complexo e diversificado, podendo ser classificado por diferentes critérios" (TRIGO, 1998, p. 12), algumas vertentes se firmam como conceito que prioriza o econômico, outras, o social, cultural ou ainda o aspecto sociológico. Assim, muitas são as definições que se construíram ao longo da história e do desenvolvimento da atividade do turismo, assim como são muitas as formas de olhar para esta atividade humana.

Desta maneira, cabe ressaltar que a formação profissional que envolve a formação humana tem como objeto capacitar para o exercício profissional em turismo levando em consideração as preocupações que envolvem a formação do cidadão integralmente, capacitando-o para enfrentar novas situações, organizando e planejando localidades, gerindo escassos e frágeis recursos naturais, valorizando culturas, preservando patrimônios.

3.1 O TURISMO ENQUANTO ÁREA DE CONHECIMENTO

Para se estabelecer uma epistemologia que leve à compreensão da atividade turística enquanto fenômeno social, expandido pelas formas de relação impostas no mundo moderno, corroboradas pelos processos de mundialização, faz-se necessário compreender a evolução e os percalços que esta nova área de conhecimento vem enfrentando ao longo dos últimos cinqüenta anos.

A educação em Turismo ou para o Turismo acompanhou, de certa forma, o desenvolvimento da atividade turística e sua importância na economia dos países, tendo um crescimento significativo, porém fragmentado, sendo difícil estabelecer exatamente quando e onde começaram a surgir os primeiros cursos ou treinamentos nesta área.

O primeiro instituto específico para o estudo do turismo surgiu na Alemanha, na escola de Economia de Berlim nos meados de 1929 ao tempo que se assinava o Tratado de Varsóvia sobre aviação civil e fundiam-se as companhias aéreas espanholas CETA, União Aérea Espanhola e Ibéria em uma nova companhia aérea denominada CLASSA - Companhia de Linhas Aéreas Subvencionadas S.A. (MONTEJANO, 2001, p. 183).

A partir de 1950, quando as marcas da segunda guerra já estavam desaparecendo da memória e a economia recomeçava a crescer, começaram a surgir institutos de hotelaria e turismo em vários países da Europa, impulsionados pelo surgimento de novos centros turísticos e o conseqüente crescimento do setor, confirmados com a criação da União de Serviços por Estradas das Ferrovias Européias assim como a reestruturação da IUOTO – União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo, segundo Montejano (2001, p. 395).

Nos Estados Unidos surgiram os primeiros institutos de hotelaria e turismo dando início à educação em turismo na segunda metade da década de 1960. Este momento histórico foi marcado pelo primeiro vôo Paris-Rio de Janeiro sem escalas que aconteceu em 1965 e pela realização da Assembléia Geral da IUOTO em 1967 onde foi decidido pedir à ONU – Organização das Nações Unidas, a declaração deste ano (1967) como Ano Internacional do Turismo (MONTEJANO, 2001, p. 397).

Assim, o desenvolvimento da educação em turismo tem passado por muitas transformações, dentre as quais se podem destacar as transições de valores que se refletem na escola, do perfil profissional a ser formado assim como os

encaminhamentos que se dará a partir da concepção do projeto pedagógico, assim como, na escolha das disciplinas que comporão a estrutura curricular, despertando nos governos de alguns países no final de 1970 e durante a década de 1980, no auge do neoliberalismo e do aumento considerável das tecnologias da América do Norte, a necessidade de intervir e padronizar essa área de estudo.

Conforme se encontra em Rejowski (1996) diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos e na Europa, onde os cursos de turismo emergiram de disciplinas como geografia, sociologia, economia ou ainda tiveram sua origem nos cursos de hotelaria, no Brasil o primeiro curso superior de turismo surge em 1971 na Faculdade de Turismo do Morumbi, hoje Universidade Anhembi-Morumbi em São Paulo.

Outras instituições, a partir daí, ofertaram cursos superiores de Turismo em nível de graduação, como as Faculdades Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas e a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo em 1973, em São Paulo; Faculdade da Cidade no Rio de Janeiro, Universidade Católica de Campinas e Universidade Católica de Pernambuco, em 1975; Faculdade Associação Educacional do Litoral Santista em 1976, em Santos; Universidade Federal do Paraná em 1978, na cidade de Curitiba. (TRIGO, 1998, p. 222).

Na década de 1980 continuaram a surgir novos cursos como os do Instituto Newton Paiva em 1980, em Belo Horizonte; Faculdade de Turismo da Bahia em 1984, em Salvador; Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas em 1985, em Foz do Iguaçu. (TRIGO, 1998, p. 222).

Conforme dados publicados pelo Ministério da Educação (2000), verificou-se o constante crescimento do número de cursos superiores de Turismo ou de Turismo e Hotelaria no Brasil. Até 1998 havia 157 cursos, dos quais 119 de Turismo e 38 de Hotelaria ou Administração Hoteleira. Em 1999, 39 novos cursos foram autorizados, dos quais 37 de Turismo e 2 de Hotelaria ou Administração Hoteleira. No ano 2000, 88 novos cursos foram autorizados pelo MEC, demonstrando mais uma vez um crescimento expressivo.

No Paraná, de acordo com o Ministério da Educação (2000), encontravam-se 50 cursos de Turismo, sendo que a grande maioria nasceu no final da década de 1990, impulsionados pelas inovações da LDB 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

É neste clima de modernidade, onde se transformam linguagens, nascem estilos diferentes de pensamento e de narrativa, onde os símbolos, os signos e as figuras ganham importância e estilo, onde o "modo de pensar e narrar no clima da pós-modernidade tem sido impressionista, expressionista, dadaísta, futurista, surrealista" (IANNI, 2000, p. 237) que se expandem os cursos na área do Turismo. Neste momento em que as viagens ganham importância, pois possuem a possibilidade de transpor os indivíduos de uma realidade, às vezes dura e fria, feia e sombria, para um mundo de surpresas e novidades, em busca de outras formas de ser ou agir, pensar e criar.

Estes cursos que fazem parte do universo das viagens atraem olhares, lançam desafios, conquistam um público que não somente sonha com as viagens, mas sonha também em fazer parte deste universo do lazer, seja sonhando em viajar, seja com a intenção de construir conhecimento que o possibilite trabalhar com as viagens.

A compreensão da importância dos profissionais desta área quanto ao que podem contribuir para com a cultura, formação para a cidadania e preservação dos bens culturais ainda está um tanto quanto embrionária necessitando ser mais bem desenvolvida.

4 COMPREENDENDO A RELAÇÃO POLÍTICA PÚBLICA E AS DEMANDAS CULTURAIS

Partindo da preocupação com a preservação[2] e conservação[3] dos patrimônios e com a legitimação que a profissão dos que trabalham com turismo e bens patrimoniais deve alcançar na sociedade e como forma de iniciar as discussões sobre a formação do profissional do turismo, retoma-se sobre a base dessa formação que se dá no Plano

[2] Considerou-se nesta pesquisa como sentido para o conceito preservar a "Ação de proteger, contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação [...] adotando-se medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas" (FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE, 1992, p. 164)

[3] Como conservação considerou-se os conceitos de Guillaume (2003, p. 19) "A conservação não constitui um sistema; é antes uma amálgama de elementos multívocos, com origens e lógicas diferentes. Encontra-se muitas vezes pulverizada em campos diversos, como a história, a museografia, a arqueologia etc.", conceitos que corroboram com o entendimento apresentado por Barretto (2000, p. 16-17) "preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural."

Porém, deve-se alertar que existem variações entre os conceitos, sendo que alguns autores os consideram como sinônimos, outros, incluem as possibilidades de preservar para conservar.

Nacional de Educação. Plano este considerado como sendo ao longo dos tempos capaz de, como instrumento político, organizar, orientar e definir políticas públicas que se preocupassem com os caminhos a seguir para a construção de indivíduos capazes de pensar, articular e desenvolver conhecimento, ou seja, indivíduos cidadãos.

A fixação de um Plano Nacional de Educação foi contemplada no artigo 150 da Constituição de 1934 ao declarar ser de competência da União elaborar o Plano Nacional de Educação, "compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do País" cabendo ao artigo 152 a definição de que a elaboração do plano seria de competência do Conselho Nacional de Educação (HORTA, 1996, p. 141).

Não sendo concretizado, mas incluído como idéia em todas as Constituições, exceto a de 1937, surge o primeiro Plano apenas em 1962 na vigência da Lei 4.024/61 (MENDONÇA, 2002, p. 14), proposto como iniciativa do Ministério da Educação e aprovado pelo então Conselho Federal de Educação como um conjunto de metas a serem atingidas no prazo de oito anos.

A Constituição Federal de 1988 prescreveu, em seu artigo 22, inciso XXIV, que a União editou em 20 de dezembro de l996, a nova LDB 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007b). Esta nova LDB lançou desafios para todo o sistema de ensino, como erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica, além de fixar prazo para vigência e criação do Plano, sendo instituída a década da educação. Em linhas gerais, o Plano Nacional de Educação surgiu com a intenção de ser um instrumento que garantiria a oferta de ensino fundamental de oito anos, prevendo apenas ampliação de escolaridade para os níveis infantil, médio e superior, além da educação de jovens e adultos, educação tecnológica e a formação profissional, a educação especial, a educação indígena e o magistério.

Os principais desafios para as Instituições de Ensino Superior no Brasil, considerando a expansão do setor privado, encontram-se nas questões referentes ao aumento do número de instituições de ensino superior assim como no aumento da oferta de cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento, não se excetuando os cursos de Graduação em Turismo.

Essa proliferação, desencadeada após a LDB 9394/96, defendida como a oportunidade de propiciar alternativas de escolha para a comunidade e competição de mercado, reforçada pela idéia de "comércio de ensino", nem sempre tem cumprido esse papel. Pois a proliferação permitida pelas políticas educacionais, concretizadas em Decretos, Resoluções e Pareceres, desarticulados dos demais níveis de ensino (fundamental e médio) não está propiciando o desenvolvimento da melhora da qualidade do ensino em nível superior, tampouco a comunidade está tendo a oportunidade de escolha sugerida pelas políticas educacionais.

Ao se analisar as Diretrizes Curriculares para o curso superior de Turismo faz-se necessário pensar qual o núcleo epistemológico e quais os conteúdos específicos que deverão ser abordados e construídos enquanto conhecimento para permitir formar indivíduos capazes de pensar, sentir e agir de acordo com princípios éticos e morais, com respeito ao próximo, preservando recursos, valorizando patrimônios, respeitando a vida humana.

Será que as políticas educacionais expressas nas Diretrizes Curriculares levam em conta as diversidades culturais do país, estabelecem conteúdos de ensino e de vida? Ou ainda, preocupam-se com a formação integral e humana?

Há que se ressaltar que o que está em discussão não é somente a adequada colocação dos conteúdos nas grades curriculares, mas principalmente sobre a necessidade de incorporação dos processos de ensino e de aprendizagem que propiciarão decidir o perfil profissional, "lamentavelmente, a discussão sobre a formação profissional e sobre as reformas curriculares tendeu a tomar como parâmetro mais as idiossincrasias acadêmicas do que a própria realidade social e cultural do país" (SEVERINO, 2001, p. 186).

Observando-se a LDB e as Diretrizes Curriculares nas seguidas referências à formação para o trabalho e para a cidadania tem-se a impressão que um vazio teórico permeia esses objetivos, ficando a dúvida: de qual cidadania está se falando?

O que se percebe é uma ausência de preocupação com o contexto histórico das sociedades, e uma visão pragmática acerca da formação, com forte preocupação com a função técnica que o futuro profissional irá exercer.

Não se pretende questionar a validade do conhecimento técnico, tampouco sua importância na formação dos sujeitos privilegiados que conseguem chegar ao ensino

superior, o que está em pauta é a necessidade de ir além desta proposta, tecer outros objetivos para esta formação.

Esses objetivos deverão permear a construção de um indivíduo capaz de compreender o seu tempo, possuindo entendimento sobre seu papel social, na mais profunda dimensão de cidadania, a cidadania social, baseada e estruturada pelo conhecimento político que permitirá marcar as relações entre as pessoas com o caráter da justiça, da lealdade, da eqüidade, tornando estas relações mais humanas, levando em conta as peculiaridades socioculturais, políticas e econômicas de uma determinada sociedade em determinado tempo histórico.

5 A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

As sociedades modernas do ocidente, que promovem a obsolescência dos objetos banais que continuamente produzem, parecem em sua outra face, alimentar uma paixão pela conservação material de alguns objetos. O que pode ser compreendido como uma tentativa de resgatar a história ou o espaço onde esta sociedade é produzida na tentativa de desfazer ou aniquilar a produção do homem para um novo fazer e refazer. Tornando-se importante neste momento distinguir o que realmente é representativo de cada época e de cada momento histórico, compreendendo sua relação com o espaço e com o tempo em que são produzidos.

Esta atitude pode ser mais importante para a preservação do patrimônio principalmente quando essa questão for analisada de uma forma mais ampla e em uma perspectiva sócio-histórica, indo além da preservação material e nostálgica dos objetos símbolos de um tempo em um espaço. Típico de uma sociedade preocupada em produzir no presente as nostalgias do passado, com intenção de resgate daquilo que se foi ou daquilo que nem mesmo existiu.

Eleger o que será representativo de uma época exige a escolha de um caminho e de um ideal que revele o que existe de mais importante na construção do homem e da humanidade, bem como o compromisso com esta construção, o que implica num processo de educação.

A maioria das sociedades modernas, ao tentar elaborar uma política de preservação e conservação não se esquece de citar as belezas naturais, as artes e a história na tentativa de justificar estes como sendo de interesse nacional. O discurso aparece frágil, ideológico e superficial e desprovido das preocupações com relação ao espaço e ao tempo e suas relações decorrentes, no sentido de balizar a construção do referencial de cada sociedade, embasado nas diferenças de cada espaço e de cada tempo histórico.

Nas sociedades modernas a conservação se estabelece no sistema produtivo, de forma diferente, a produção repele a conservação e ao mesmo tempo a beneficia sendo necessário criar até mesmo um novo espaço, para os velhos novos objetos – nova função para velhos objetos.

Na tentativa de compreender e refletir sobre a conservação faz-se necessário analisar a sociedade industrial e seus valores assim como as leis emanadas pelos poderes públicos, presentes nos discursos institucionais acerca das políticas de preservação.

A ausência desta compreensão parece imperar nos espaços públicos como nos museus, onde conservar o passado parece um ato inconsciente dos homens na atualidade ou ainda uma necessidade de trazer ao presente algo do passado. Um sentimento de reafirmação, de confirmação.

Restam as seguintes dúvidas: as políticas de preservação e conservação do patrimônio histórico levam em conta o contributo histórico dos homens em um sentido coletivo? Os profissionais do turismo estão preocupados com a cidadania e com sua formação como meio de conscientizar sobre essas ações referentes ao patrimônio histórico?

A conservação desta forma insere-se nas políticas públicas como representação e materialização do passado no presente, e nesta perspectiva as políticas de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural, assim como as políticas de formação do profissional do turismo, já que este utiliza o patrimônio como produto turístico que requer conservação "insere-se em um campo ideológico que permite indagar as concepções de saber e de poder, em um movimento dialético entre o passado e o presente" (SOUZA, 2005, p. 94). Porém, de acordo com as características da era moderna, sempre haverá a intenção de conservar ao máximo objetos que representem a

sociedade individualista e materialista da atualidade, impondo ao Estado políticas que afirmem estas questões.

6 O MÉTODO DA PESQUISA

Valendo-se dos ensinamentos da concepção dialética e metodologia decorrente que examina o pólo teórico à luz do empírico e examina o empírico à luz das teorias que lhe dão suporte e, compreendendo a dialética enquanto método de "pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação" (KONDER, 1980, p. 8), é que se desenvolveu esta pesquisa.

Nesta via de raciocínio, o pólo prático se deu através de entrevistas que aconteceram na cidade de Curitiba no ano de 2004 com profissionais da educação especialistas nas áreas significativas para a formação do profissional do turismo: educação, história e turismo.

Em um primeiro momento buscou-se entrevistar 12 profissionais de cada uma das três áreas, porém, após inúmeras tentativas através de vários meios de comunicação, e não obtendo resposta, reduziu-se o universo a 4 profissionais de cada área, num total de 12 entrevistados.

Optou-se por um roteiro único de entrevista composto por perguntas relacionadas às três áreas pretendidas, educação, história e turismo indo dos questionamentos quanto à compreensão que tinham de conceitos como bem cultural e memória; se as políticas de preservação convergiam no sentido de preservar o que fosse representativo para se estabelecer a memória de um tempo; às possibilidades de outros profissionais, além dos da história, como por exemplo os profissionais do turismo, em contribuir para a preservação do patrimônio histórico e cultural; como os profissionais do turismo poderiam contribuir para a preservação e conservação do patrimônio; que sugestões teriam, em termos de conteúdo, para a formação dos profissionais do turismo, não havendo inicialmente uma preocupação em ter o mesmo número de questões para cada uma das áreas, mas sim um objetivo de delinear o pensamento e os aportes teóricos de cada uma das áreas.

7 O QUE REVELOU A PESQUISA EMPÍRICA

Para proceder a análise, manteve-se a divisão por área de formação, professores especialistas em educação, história e turismo que passaram a ser considerados respectivamente como grupos A, B e C.

Instados a explicitar qual a compreensão que faziam de bem cultural, os conceitos que mais chamaram a atenção no grupo A, foram o da cultura como bem cultural e os conceitos de intangibilidade e de utilidade. No grupo B, foram os conceitos de tempo e de história. No C, foram os conceitos de processo cultural.

Quanto à compreensão de bem cultural percebeu-se uma idéia que se pode considerar comum entre os três grupos, a idéia de que o bem cultural é aquilo que é produzido pelos homens ao longo de sua história, como um processo de construção do fazer humano. Apesar dos termos mencionados nas respostas não serem comuns, a idéia geral do conceito de bem cultural foi bastante semelhante entre os três grupos, conforme as transcrições que seguem: "está associado a tudo que é importante em um contexto social"; "a conceituação é bastante ampla [...] misturam-se vários conceitos"; "é o conjunto de posses de uma população que expressa a herança e a formação cultural do povo"; "material ou intelectual como comportamentos, atitudes, ações e organizações institucionais".

Quando indagados sobre a questão da memória, se os homens da atualidade, ou seja, em 2004, preocupavam-se com a memória, no grupo A destacou-se a preocupação com a preservação e com a conservação dos bens culturais, sendo que a maioria dos entrevistados no grupo A revelou que os homens preocupavam-se mais com a memória. O grupo B refletiu a preocupação em distinguir o que realmente merecia ser preservado e transmitido enquanto memória. O Grupo C destacou a memória como capacidade humana de transmitir o que o homem constrói.

Quando indagados se as políticas de preservação dos bens históricos e culturais do Estado do Paraná preservavam o que representava a memória do povo, no grupo A as respostas foram divergentes; um dos entrevistados absteve-se em responder justificando não conhecer essas políticas, outro entrevistado revelou que houve avanço nas políticas do estado do Paraná ao dizer que "acredito que cada vez mais identificamos a questão da preservação de bens históricos e culturais como grande potencial a ser

desenvolvido", outros entrevistados mencionaram acreditar que as políticas de preservação do Estado do Paraná não convergiam no sentido de preservar o que representasse a história do povo conforme exemplifica a transcrição que segue "nem sempre se escolhe o que realmente seja representativo para preservar, um exemplo claro disso está nos museus de arte contemporânea cujas obras não estão presentes nas casas da maior parte da população, representando somente a cultura da elite". No grupo B destacou-se a indignação com a oficialidade da história e com a preservação do patrimônio. O grupo C destacou que as políticas de preservação cumpriam o seu papel de preservar o que representava a memória da elite dominante conforme se observou na seguinte fala "A memória preservada é a memória do poder, muito pouco se avançou na preservação da memória das pessoas comuns, porque a elite tem os recursos para investir nos bens e para usufruir dos bens".

Quanto a esta indagação sobre as Políticas do Estado do Paraná, apenas um entrevistado do grupo A, mencionou acreditar estar havendo avanços nas políticas e melhor preocupação com a preservação dos bens históricos e culturais, todos os outros entrevistados demonstraram apresentar uma completa indignação quanto às políticas públicas, e foram categóricos em afirmar que somente era ou estava sendo preservado o que representava a cultura da elite dominante.

Quanto às possibilidades de outros profissionais, além dos da história, como por exemplo, os profissionais do turismo, em contribuir para a preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural, todos os entrevistados dos três grupos A, B e C afirmaram categoricamente que havia a possibilidade destacando-se no grupo C uma importante questão apresentada: a de que a preservação do patrimônio é uma questão de cidadania, portanto atinge a todos indistintamente da formação profissional.

Quando solicitado aos entrevistados que sugerissem conteúdos que pudessem contribuir para a formação do profissional do turismo, percebeu-se nesta questão a forte incidência dos entrevistados em apontar conteúdos de formação geral como a geografia e a história assim como a preocupação em sugerir disciplinas e conteúdos que envolvessem a discussão do que é memória e cultura. Percebeu-se também a preocupação em apontar sugestões que tornassem os cursos de uma maneira geral, mais humanos ou humanizados à medida que sugeriram conteúdos que perpassassem a preocupação com as dimensões da cultura e da estética.

Nesta via de raciocínio, a análise realizada possibilitou inferências acerca da formação em Turismo, de modo que permitiu encará-la sob diferentes aspectos de acordo com os aportes teóricos dos profissionais que foram entrevistados.

A construção de um novo olhar sob as bases que devem fundamentar a formação profissional em Turismo deve contemplar a concepção de vida que se alicerce no humano e na formação para a cidadania a fim de que se possam ampliar os conhecimentos técnicos, científicos e culturais, mas também conteúdos da sociologia, história, geografia, economia, antropologia, todos necessários à formação de qualidade do profissional do turismo.

8 O CONTRIBUTO HISTÓRICO E SOCIAL DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM TURISMO COMO CONCLUSÃO

No atual estágio de desenvolvimento humano em que se encontram as sociedades é que surge a necessidade de refletir sobre a formação dos profissionais do turismo, analisando a formação destes profissionais a partir das políticas públicas sobre a educação e sobre a preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural, em um momento em que a formação do profissional do turismo deve ser entendida como sendo o processo de realizar ações fundamentadas na acumulação e aplicação de conhecimentos, sejam eles específicos e técnicos ou ainda gerais e abrangentes.

Necessitam, conforme ensina Aguiar (2001) estar de acordo com o progresso dos conhecimentos científicos e técnicos capazes de fazer com que os profissionais estejam sempre atualizados e acompanhem o desenvolvimento que a globalização econômica processou e na qual estão inseridos. Ainda devem perceber que a responsabilidade individual deve ser regida pelos critérios éticos, e que os conteúdos específicos da profissão sejam fundamentados e carregados de conteúdos históricos e culturais.

Com estas análises, compromissos e reflexões desenvolvidas nesta pesquisa, sobre a formação do profissional do Turismo, encaminham-se algumas questões propositivas para as políticas e para a gestão da educação.

Portanto, faz-se necessário que:

- A educação deva ser entendida como aquela que propicia o desenvolvimento humano em todas as dimensões;
- Que os profissionais do turismo, sejam entendidos, como aqueles que trabalham com um fenômeno social, e, portanto deverão perceber os aspectos econômicos e geográficos, históricos e culturais, mas acima de tudo, perceber o ser humano, como epicentro deste fenômeno;
- Que os cursos superiores de Turismo, definam-se como de formação humana, embasados nas ciências sociais, dando forte ênfase ao ensino da ética, da história e da cultura, como essenciais para a formação.

Sendo assim, estas questões envolvem as responsabilidades e o comprometimento daqueles que trabalham com o Turismo, fortalecidos pela prática que articula a teoria como forma de visualizar a prática externando suas nuances e sentidos, interpretando estes sentidos, dando valor humano ao que é humano.

E assim, construir um novo olhar sobre as bases que devem fundamentar a formação profissional em turismo contemplando a concepção de vida que se alicerce no humano e na formação para a cidadania a fim de que se possam ampliar os conhecimentos técnicos, científicos e culturais, mas também conteúdos da sociologia, história, geografia, economia, antropologia, todos necessários à formação de qualidade deste profissional. Por formação de qualidade do profissional do turismo, entende-se que este profissional necessita ser não apenas um técnico, mas um cidadão com sólida formação teórica, considerável conhecimento da realidade necessário ao pleno exercício de sua profissão, que inclui a preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural, assim como sua responsabilidade e contribuição na formação para a cidadania de todas as pessoas.

9 REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.A. Gestão da educação e formação do profissional da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C; AGUIAR, M. A. (org.) **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

ALVES, N.; VILLARDI, R. **Múltiplas leituras da nova LDB**. Rio de Janeiro: Dunya, 2000.

BARRETTO, M. **Turismo e legado Cultural**. Campinas: Papirus, 2000.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1998.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE. **Vocabulário básico de meio ambiente.** Rio de Janeiro: Petrobrás, Serviço de Comunicação Social, 1992.

GUILLAUME, M. **A política do patrimônio.** Porto: Editores, S.A., 2003.

HORTA, J. S. B. A Constituinte de 1934: comentários. In: FÁVERO, O. (org.) A **educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** Campinas: Autores Associados, 1996.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

KONDER, L. **O que é dialética**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MENDONÇA, E. F. Plano Nacional de Educação: desdobramentos na política educacional. In: TEIXEIRA, L. (org.) **LDB e PNE:** *desdobramentos na política educacional brasileira*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). **CENSO 2000**. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 19/04/2004.

_____. **CADASTRO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.** Disponível em: <http:// www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em 25/08/07a.

_____. **LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.** LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 25/8/07b.

MONTEJANO, J. M. **Estrutura do mercado turístico**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2001.

PINTO, A. V. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**. Campinas: Papirus, 1996.

SEVERINO, A. J. A nova LDB e a política de formação de professores: um passo à frente e dois atrás. In: FERREIRA, N. S. C; AGUIAR, M. A. (org.) **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, S. **Os profissionais de turismo e as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural:** por uma formação cidadã. 2005. 128 f. Dissertação do PPG - Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo.** Campinas: Papirus, 1998.

Recebido em: 14 de setembro de 2007

Aprovado em: 14 de outubro de 2007